

MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E MUSEOLOGIA: a importância das dimensões sociais

Tatiane Oliveira de Assumpção Cordeiro¹

Artigo recebido em: 02/03/2022.

Artigo aceito em: 17/07/2022.

RESUMO:

O presente trabalho apresenta os conceitos de memória, patrimônio e museologia a partir do entendimento de que são construções sociais e por isso campos de disputas, constrói-se e disputa-se o que é considerado patrimônio, quais memórias devem ser lembradas e o que é museu. Para tanto o artigo será construído a partir de uma revisão bibliográfica de literatura dos temas. Por fim, espera-se com esse trabalho contribuir com o diálogo entre tais áreas de conhecimento colocando em pauta a necessidade de trabalhar a construção desses campos a partir da coletividade, do diálogo, da alteridade e da constituição do sentimento de pertencimento.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Patrimônio cultural; Museologia social; Coletividade; Interdisciplinaridade.

MEMORY, HERITAGE AND MUSEOLOGY: the importance of social dimensions

ABSTRACT:

The present work presents the concepts of memory, heritage and museology from the understanding that they are social constructions and therefore fields of disputes, what is considered heritage is constructed and disputed, which memories should be remembered and what is museum. In order to do so, it will use a bibliographic

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc/UFRJ), mestra em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPACS/UFRJ), graduada em licenciatura em História (UFRJ), Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6322467932194022>; e-mail: oliveiratati93@gmail.com. Membro do grupo de pesquisa Currículo, Cultura e Política (UFRJ).

review of the literature on the themes. Finally, this work is expected to contribute to the

dialogue between these areas of knowledge, putting on the agenda the need to work on the construction of these fields from the collectivity, dialogue, alterity and the constitution of the feeling of belonging.

KEYWORDS: Memory; Cultural Heritage; Social Museology; Collectivity; Interdisciplinarity.

1. Introdução

Memória, patrimônio e museu são construções sociais e, portanto, campos de disputas. Constrói-se e disputa-se o que é considerado patrimônio, quais memórias devem ser lembradas, o que é museu e quem tem direito a esses campos, demarcando as relações de poder as quais esses campos são permeados. É, nesse contexto, que advém a importância desses campos e da construção, no coletivo, de sentidos que são capazes de transformar a própria vida. A pluralidade adjacente a esses campos garante suas dimensões e cunhos sociais. É a conexão entre pessoas, lugares, histórias e práticas que os ligam e possibilitam a construção de um rico diálogo.

Ao compreender a museologia - principalmente a partir da perspectiva da museologia social - o patrimônio cultural e a memória como construções sociais depreende-se que são marcadas por tensões e disputas do próprio bojo social e político. Numa sociedade capitalista marcada pela desigualdade e exclusão reverbera também nesses campos tais marcas. Tendo em vista essa perspectiva é que se compreende a necessidade e a importância de desenvolver e trabalhar esses campos como ferramentas inclusivas e democráticas a serem utilizadas e apropriadas à serviço da justiça social, da dignidade humana e do empoderamento de suas comunidades.

Tendo em vista essa dinâmica de relações de poder que envolvem esses campos faz-se necessário a compreensão de que outras perspectivas também os abrangem como, por exemplo, a identidade, o pertencimento, a alteridade, as

relações culturais e sociais e, é justamente esse entrelaçamento que faz desses campos serem múltiplos, dinâmicos, potentes e vivos.

2. Memória, patrimônio e museologia: o que há de social?

A importância do social para a memória, o patrimônio e a museologia é o que faz com que esses campos sejam dinâmicos e vivos. Nesse contexto, o patrimônio cultural, em articulação com as premissas da museologia social, aproxima-se da perspectiva de memória viva e dinâmica, posto que, ao criar vínculos e elos com a história, supera o fenômeno de “memória esfacelada” e, assim, contribui para a constituição de elementos identitários. Nesse sentido é importante sublinhar que a memória funciona como um importante mecanismo de resistência, pois,

A memória, para todos nós, constitui uma forma deliberada de resistência, de luta contra a destruição dos modos de vida que não se enquadram em nenhuma forma de colonialismo, entre as quais se encontram o sistema capitalista, o patriarcado e outras. A memória, é ao mesmo tempo, a afirmação dos valores humanos, da dignidade e da coesão social, colocando-se como ação propositiva de ocupação do presente e invenção de futuros. (DECLARAÇÃO DE CÓRDOBA – MINOM; 2017, não paginado).

De modo consciente ou inconsciente, a memória é seletiva. Sabendo disso pode servir como mecanismo para reafirmar narrativas a favor do Estado e do capital, mas, ao mesmo tempo, também funciona como importante estratégia de empoderamento a favor da sociedade, das lutas, mobilizações e transformação social.

Pela encruzilhada da memória passam a memória e o esquecimento, é impossível separá-los. Onde há memória, há esquecimento. Toda e qualquer política de memória, é política de esquecimento. Passam pelo mesmo caminho o coletivo e o individual. Há uma dimensão coletiva da memória, assim como há uma dimensão individual. Além disso, mesmo que a memória seja social é o indivíduo que lembra. Pela encruzilhada da memória passam a identidade e a diferença, a permanência e a mudança. Os processos indeníários implicam práticas que levem em conta as diferenças; assim como a percepção de mudança depende da noção de permanência. (CHAGAS, 2019, p. 36).

Juntamente com o patrimônio cultural e a museologia social a memória pode e deve ser utilizada de modo a possibilitar a constituição de narrativas outras que produzam o conhecimento acerca da história de seus grupos, possibilitando o (re)conhecimento de suas identidades. Assim, grupos antes marginalizados, invisibilizados e excluídos assumem seus lugares de fala, (re)afirmando suas vozes e

fazendo com sejam ouvidas e não mais silenciadas. Por isso, garantir o direito a memória é um movimento fundamental, pois, a memória

consiste no poderoso movimento de libertação e emancipação dos povos, grupos étnicos e mesmo indivíduos que têm um impacto sobre o mundo contemporâneo; dito de forma sucinta, temos testemunhado a rápida emergência de todas as formas de memória no caso de minorias, para as quais a recuperação de seu passado é parte integral da afirmação de sua identidade (NORA, 2000, p.8).

Memória, patrimônio e museologia se constituem como ferramentas de alteridade, de criação, de liberdade, abertos ao diálogo e ao exercício do novo. E, justamente por isso, estão em constante transformação, adquirindo dinamicidade ao abranger os campos da cultura humana. São, portanto, práticas sociais e culturais e, por isso, devem ser concebidos a partir das relações e interações humanas que envolvem construções, modificações, tensões, conflitos, lembranças, esquecimento, dinamicidade e poder. Com isso,

O campo museal, como se costuma dizer, está em movimento, tanto quanto o domínio patrimonial. Esses dois terrenos que ora se casam, ora se divorciam, ora se interpenetram, ora se desconectam, constituem corpos em movimento. E como corpos eles também são instrumentos de mediação, espaços de negociação de sentidos, portas (ou portais) que ligam e desligam mundos, indivíduos e tempos diferentes. O que está em jogo nos museus e também no domínio do patrimônio cultural é memória, esquecimento, resistência e poder, perigo e valor, múltiplos significados e funções, silêncio e fala, destruição e preservação. E por tudo isso interessa compreendê-los em sua dinâmica social e interessa compreender o que se pode fazer com eles e a partir deles (CHAGAS, 2003, p.58-59).

Nesse contexto, há na contemporaneidade uma renovação e ampliação da compreensão do conceito e da perspectiva patrimonial, há múltiplas conexões e dimensões sobre o patrimônio: tangível, intangível, material, imaterial, genético, natural, por exemplo. Porém, o que essas conexões e dimensões têm em comum e que numa perspectiva interdisciplinar e integradora de patrimônio cultural ganha dinamicidade são os valores, sentidos, significados e afetos que são atribuídos pelos sujeitos aos patrimônios. E isso nos traz a concepção viva de patrimônio, pois envolve a cultura, a memória, a identidade, a história; envolvem as práticas e as relações sociais; envolvem a própria vida.

Há uma gama de estudos sobre o patrimônio cultural, principalmente após a Constituição Federal Brasileira de 1988² ampliar a concepção de patrimônio, abrangendo, com isso, outras áreas de conhecimento, contribuindo para que o campo patrimonial fosse compreendido, de fato, de maneira interdisciplinar.

Os processos de patrimonialização também resultam, hoje, das variadas vivências e experiências que o patrimônio cultural suscita na sociedade civil a partir da mobilização de diferentes grupos sociais, detentores de saberes tradicionais e locais, possibilitando, a partir das diversidades culturais, reconhecer o outro e a si mesmo nas mais variadas manifestações.

Essa perspectiva contribui para compreender que a cultura é viva e, ainda, colabora com a ampliação do conceito de patrimônio cultural que ao integrar

² BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF.

De acordo com o Art. 216/1988: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.” Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 03 de jun. de 2022.

cultura, memória, história, museologia, educação, sociedade e território permite a constituição de mecanismos de apropriação do próprio patrimônio. Nesse sentido,

a cultura viva é, assim, essencialmente criadora: cada nova impressão, situação, agressão, provocação vinda de fora é um fator de construção cultural, sob a forma de resposta adaptada, de filosofia, de técnica. Ela vive em simbiose com o patrimônio do qual ela se nutre e que ela transforma por sua vez, antes de transmitir o resultado à geração seguinte, consciente ou inconscientemente (VARINE, 2013, p. 114).

Ressaltando que o patrimônio cultural é construção social e, por isso, campo de disputa, sendo assim, muitas das vezes pode ser algo imposto, determinado de cima para baixo, conforme realça Meneses “é claro que estado e governo podem participar

da criação desses valores, privilegiando ou marginalizando uns e outros, mas sempre no jogo das práticas sociais.” (MENESES, 2009, p.34).

Dessa forma, o referencial de patrimônio aqui utilizado compreende que esse campo não deve ser constituído apenas com base nas disputas políticas e econômicas, mas a partir dessa construção coletiva que consolida o sentimento de pertencimento e reconhecimento identitário, possibilitando novos sentidos ao campo do patrimônio cultural.

Novos sentidos que são perceptíveis não apenas ao patrimônio, mas também aos próprios indivíduos, já que essa relação é uma via de mão dupla: os indivíduos dão sentidos ao patrimônio e o patrimônio dá sentido aos indivíduos. Como bem sinaliza o autor Gonçalves,

o patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. (...) não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas. (GONÇALVES, 2003, p. 31).

Por esse viés compreender que o patrimônio está permeado de significações, sentimentos, subjetividades e que é interpretado por uma coletividade como um bem simbólico, não apenas por sua materialidade ou imaterialidade, mas

por sua afetividade e representatividade: assim se dá a construção social do patrimônio. E, assim, compreende-se que patrimônio não é tão somente ‘coisificado’/materializado ele assume dinâmica e interações que contribuem para dar sentido as relações sociais e a própria vida.

A atividade no campo do patrimônio cultural é complexa, delicada e trabalhosa (...) mas por isso também é tão fascinante e gratificante, pois estamos tratando, não de coisas, mas daquela matéria-prima – os significados, os valores, a consciência, as aspirações e desejos – que fazem de nós, precisamente, seres humanos. (MENESES, 2009, p. 39).

Tendo em vista essa perspectiva, o patrimônio está ligado à ideia de transmissão e recepção e que se encontra na pluralidade cultural e nas experiências individuais, que juntas formam redes de pertencimento, dessa forma, o patrimônio

deve ser compreendido na sua dinamicidade, na sua vivacidade. De tal forma como o patrimônio, os museus também são capazes de abrigar inúmeras possibilidades, experimentações, dinamicidades, sentimentos. Museus abrigam vidas. E, assim, podemos abordar a perspectiva da museologia social.

No viés da museologia social os museus são mais que lugares de memória, são lugares permeados por subjetividades e singularidades, a partir das quais a memória é construída e constituída de maneira interrelacional entre o território, o patrimônio e a população. Museus são lugares de memória e ao mesmo tempo também são lugares de esquecimento, silêncio e poder. Museu também é lugar de vivências, de experiências, de sentimentos, de afetividade, de luta, de resistência, de inclusão. É lugar de fala, lugar de história e de identidade, lugar do presente e do futuro. Museu é lugar para ser ocupado pelos mais variados grupos sociais.

A museologia social busca reafirmar a urgência de compreender que museus assumam o compromisso com a vida. Sua atuação, portanto, além de política e cultural, deve ser social e educacional, a favor da valorização da dignidade e da justiça social. Museus são mais que instituições que têm compromissos culturais

e políticos. A museologia social tem ideias e ideais e, por isso, não tem uma definição única e fechada. Defini-la seria limitá-la.

Compreende-se, com isso, que o que dá sentido à museologia social são os compromissos que ela assume. Compromete-se, então, com a cidadania, com os direitos humanos, com a liberdade e com a valorização da vida, e, é por isso que “uma museologia que não serve para a vida não serve para nada³” (DECLARAÇÃO DE CÓRBODA/MINOM-ICOM, 2017, não paginado). É a museologia em sua perspectiva ativa, participativa, cidadã, democrática e humanizada.

Essa nova perspectiva em pauta desde 1972 na Declaração de Santiago do Chile traz a necessidade de trabalhar de forma integrada museu, patrimônio e sociedade. Compreendendo que museus não são torres de marfim⁴, devem atuar juntamente com a sociedade, preocupando-se não apenas com o seu acervo, mas também com a localidade da qual está inserido. É a necessidade de desnaturalizar o eurocentrismo e o tradicionalismo dos museus.

A museologia social configura-se também como forma de democratizar o acesso aos museus. Importa para a museologia social que seu patrimônio não se restrinja aos acervos e coleções, mas que inclua também o território, a sociedade, as memórias, as vivências, os saberes e fazeres. São, por isso, práticas museológicas que, em algum grau ou medida, transformam aqueles que a vivenciam. É a museologia para a liberdade, para a autonomia e conscientização que preza a alteridade, a diversidade cultural e a participação da sociedade no exercício da cidadania.

³ Conferir em: http://www.minom-icom.net/files/minom_2017_-_declaracion_de_cordoba_-_esp-port-fr-ing_0.pdf Último acesso: 03 de jun. de 2022.

⁴ A ideia de torre de marfim, de acordo com a autora Monica Pimenta Velloso (1987), faz alusão aos intelectuais/cientistas que se refugiam ao mundo das ideias, distantes das arenas políticas e sociais, desvinculados das preocupações cotidianas da sociedade. Essa ideia aplica-se aos museus na medida em que os mesmos existem em sociedade e com a sociedade.

A compreensão de que museus podem assumir, de fato, funções sociais nos leva a construção de um campo de possibilidades das quais os museus podem ser experimentados e vivenciados pelos mais variados grupos sociais como um espaço que promove a inclusão e valoriza as diversidades,

Os museus devem ser lugares abertos a todos e comprometidos com o acesso físico e o acesso à cultura para todos, incluindo grupos vulneráveis. Eles podem constituir espaços para reflexão e o debate sobre temas históricos, sociais, culturais e científicos. Os museus também devem promover o respeito aos direitos humanos e à igualdade de gênero. (UNESCO, 2015, p. 6).

Tendo em vista que o cumprimento do papel social do museu se dá cotidianamente e nas relações e diálogos que estabelece, suas ações devem visar o cumprimento e o respeito aos direitos humanos, fomentar a liberdade de expressão e

incentivar práticas de uma educação crítica e conscientizadora. Além disso, deve integrar as expressões culturais, os saberes e fazeres da comunidade, valorizar os patrimônios, promover e incentivar o desenvolvimento do território do qual está inserido.

Nesse cenário que se consolida, a memória é considerada um elo que reafirma as histórias, as mobilizações e o engajamento de diversos grupos da sociedade civil para construção de novos museus que têm como eixo de reflexão e inserção a preocupação com a comunidade, com o patrimônio e com o território.

No bojo desses movimentos de renovação e experimentação, colocam-se em pauta as funções sociais tanto do patrimônio cultural tanto da museologia social. São campos utilizados a serviço da democratização da cultura. É dar vozes a grupos antes silenciados, é fazer serem lembradas memórias antes esquecidas, é atuar em defesa dos direitos humanos e contra as desigualdades e invisibilidades sociais.

é indispensável recuperar a potência poética e política dos patrimônios e dos museus em perspectiva decolonial, o que significa contribuir com os avanços dos grupos e povos subalternizados em direção à emancipação e

ao exercício pleno do direito à memória, ao patrimônio, ao museu e à cidadania. (CHAGAS, 2017, p.134).

Convém destacar, então, que museus e patrimônios abrigam inúmeras possibilidades. Da mesma maneira em que é preciso fazer viver o patrimônio também é preciso viver o museu, pois ambos transmitem e estão permeados por subjetividades e relações, neles nada é fixo, são construídos constantemente, possibilitando inúmeras interpretações e sensações. O que também contribuirá para o desenvolvimento da perspectiva de memória viva.

3. Considerações finais

Memória, patrimônio e museu são campos que têm fortes cunhos políticos, por isso, reconhecem e assumem suas funções sociais em cada ação e atuação. O sentido, o papel e a importância do patrimônio cultural, da museologia e da memória

e seus desdobramentos no jogo das relações sociais possibilitam compreender o valor simbólico de um bem ou uma prática cultural e, ainda, nos ajuda a perceber como os mesmos podem vir a serem apropriados pelos grupos sociais de diferentes formas.

Memória, patrimônio e museu são campos que se constituem enquanto ferramentas de dignidade e justiça social. São, por isso, ampliados e construídos coletivamente a partir das mais variadas formas de apropriações, fruição e de suas práticas. Práticas essas que não seguem necessariamente uma teoria, mas que se fazem e se refazem no cotidiano ao integrar e respeitar a diversidade sociocultural.

Dessa forma, reafirma-se a necessidade de abordar esses campos a partir do viés da interdisciplinaridade, enquanto práticas que potencializam a valorização das diversidades culturais, da dignidade humana e do exercício da cidadania, para assim analisá-los e discuti-los sobre uma perspectiva de renovação e experimentação. Compreendendo-os não como algo pronto, definido, padronizado, mas, sim como

campos que se constroem cotidianamente a partir das relações sociais, das experiências e interações, nos usos e apropriações que são feitas dos saberes e fazeres dos indivíduos e coletivos que contribuem para a construção de sentimentos de pertencimento, de coletividade e de empoderamento.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina: 2009, p. 34-48.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CHAGAS, Mario de Souza. **A imaginação museal. Museu, Memória e Poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPCIS) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CHAGAS, Mario de Souza. Memória social em fragmentos: o poder das encruzilhadas e a museologia em ação. In: **Cadernos Sesc de Cidadania – Memórias**. p. 36-40, 2020.

CHAGAS, Mario de Souza. Museus e patrimônios: por uma poética e uma política decolonial. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n° 25, p. 121-136, 2017.

CHAGAS, Mario de Souza; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). In: **Cadernos do CEOM** - Ano 27, n. 41 - Museologia Social. Dez. de 2014, p. 9-22.

CHAGAS, Mario de Souza; ASSUNÇÃO, Paula; GLAS, Tamara. Museologia social em movimento. **Cadernos do CEOM** - Ano 27, n 41 - Museologia Social. Dez. de 2014, p.429- 436.

CHUVA, Márcia. Por uma História da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, n° 33, p. 147-165, 2012.

CHUVA, Márcia. Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma Perspectiva Histórica, Ética e Política. In: **Patrimônio Cultural Políticas e Perspectivas de**

Preservação no Brasil. Organizadores: Márcia Chuva e Antonio Gilberto Ramos Nogueira. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

DECLARAÇÃO DE CÓRDOBA/MINOM-ICOM. **XVII Conferência Internacional do MINOM – A museologia que não serve para a vida, não serve para nada.** Córdoba, Argentina – 12, 13 e 14 de outubro de 2017. Disponível em:

<http://www.minom-icom.net/files/minom_2017_-_declaracion_de_cordoba_-_es-p-port-fr-ing_0.pdf> Último acesso: 03 jun. 2022.

DECLARAÇÃO DE MOURA. MINOM-ICOM, **Movimento Internacional para uma nova museologia, Jornadas sobre a função social do Museu,** Moura, 7 e 8 de novembro de 2014. Disponível em: <<https://ceam2018.files.wordpress.com/2018/05/declaracao-minom-moura-2014.pdf>>. Último acesso: 03 jun. 2022.

FEIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Editora: Paz e Terra, Rio de Janeiro, exemplar n. 1405^a, 1967.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.** 2a ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 25-33

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Edições Vértice. Editora Revista dos Tribunais LTDA. 1990.

MESA REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE – ICOM, 1972. **Princípios de base do museu integral.** ICOM, 1972.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão –** Ouro Preto/MG. p. 25-39, 2009

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História,** São Paulo, n.º.10, dez, 1993.

NORA, Pierre. Memória: da liberdade à tirania. IN: **Revista MUSAS,** n. 4, p. 6- 10, 2009.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Recomendação referente à proteção e promoção dos museus e coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade.** Aprovada em 17 de novembro de 2015 pela conferência geral da UNESCO em sua 38^a sessão. UNESCO, Paris, 2015. Tradução: Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

VARINE, Hugues. O museu comunitário como processo continuado. **Cadernos do CEOM** - Ano 27, n 41 - Museologia Social. Dez. de 2014, p. 25-35.

VARINE, Hugues. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Tradução: Maria de Lourdes Parreiras Horta. 1ª Reimpressão – Porto Alegre: Medianiz, 2013.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Fundação Getúlio Vargas: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 1987.